

DEMOCRATIZAÇÃO

Amagis conquista assento e voz no Órgão Especial do TJ

A um ano de completar 60 anos de história e de atuação em defesa da magistratura, a Amagis conquistou, no dia 23 de julho, direito à voz e assento, porém, sem voto, nas sessões do Órgão Especial, por onde passam as principais decisões do TJMG. A medida representa maior democratização do Tribunal e ampliação da defesa dos interesses de toda a classe.

Adriano Boaventura



Página 4 Presidente da Amagis participa da sessão do Órgão Especial

APERFEIÇOAMENTO

Cançado Trindade prioriza justiça e direitos humanos

Adriano Boaventura



Magistrados e operadores de direito acompanharam a palestra

Em outro reconhecimento ao protagonismo da magistratura mineira no debate nacional e internacional, o professor e juiz da Corte Internacional de Justiça, Antônio Augusto Cançado Trindade, proferiu palestra, na sede da Amagis, durante reunião realizada pela Comissão de Direitos Humanos da AMB, sobre o direito internacional dos direitos humanos. Ele destacou o papel do Judiciário na defesa dos direitos humanos.

Página 5

Gestão itinerante vai a seis comarcas
Páginas 8 e 9

MagisCultura é tema de exposição
Página 21

Amagis amplia participação nas principais decisões do TJ

HERBERT CARNEIRO*

A imagem, por si só, não traduz o tamanho da importância dessa conquista do ponto de vista político e associativo. No último dia 23 de julho, pela primeira vez em seus 59 anos de história, a Amagis tomou assento e participou de uma sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com uso da palavra, mas sem direito a voto. Fruto de nossa intensa e permanente política de interlocução com todos os Poderes, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, deferiu requerimento, protocolado no dia 31 de março, no qual solicitamos a participação da Amagis nas sessões administrativas do Órgão Especial do TJ.

A medida é de grande importância para toda a classe, pois amplia ainda mais a nossa atuação e abre novos espaços de diálogos e interlocução com a direção do Tribunal. Até então, a Associação se fazia presente por meio de seu Departamento Jurídico e da Assessoria de Comunicação para, respectivamente, fazer a defesa processual e dar divulgação às decisões do Órgão Especial; agora, se fará presente em todas as sessões com direito à manifestação em quaisquer assuntos de interesse da classe.

O deferimento representa também maior valorização à magistratura no momento em que o Tribunal confirma demonstração de compromisso com a transparência e democratização interna, a exemplo da recente e histórica abertura do colégio de elegíveis à Mesa Diretora, com possibilidade de eleição de todos os desembargadores integrantes do Tribunal Pleno. Em resumo, é o reconhecimento institucional da Amagis enquanto braço político, associativo e institucional da classe.

O Órgão Especial é integrado por 25 desembargadores e exerce, entre outras, atribuições administrativas de competência do Tribunal Pleno, muitas delas de interesse de toda a magistratura estadual ou de parcela dela. Cabe ao Órgão Especial estabelecer regras para as eleições aos cargos de direção e de cúpula; deliberar sobre organização judiciária, aprovar projetos de lei de iniciativa do Judiciário, propor aumento ou redução do número de desembargadores e alteração do sistema de remuneração da magistratura; apreciar a proposta de orçamento;

adotar providências visando ao aprimoramento das rotinas de trabalho de seus órgãos e serviços auxiliares; aprovar o plano plurianual de gestão e os relatórios semestrais de execução.

A participação da Amagis nesse respeitável colegiado trará ainda benefícios a todo o Judiciário, na medida em que enriquece e democratiza o debate e garante maior efetividade e legitimidade às suas deliberações, além de estimular novas formas de gestão pública construídas por meio do diálogo. Com a presença da Amagis ampliada nos órgãos de decisão, juízas e juizes mineiros conquistam importante espaço de participação nas decisões do Tribunal.

Outros dois importantes reconhecimentos do protagonismo da Amagis foram registrados pela AMB, que realizou, em nossa sede, a segunda reunião nacional de sua Comissão de Direitos Humanos, e pela presença do professor e juiz da Corte Internacional de Justiça, Antônio Augusto Cançado Trindade, que encerrou o encontro com uma rica e brilhante palestra sobre o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Mineiro de Belo Horizonte, Cançado Trindade é possuidor de um currículo que, por maior valor e grandeza que marquem sua trajetória, ainda é pouco para destacar sua excelência profissional e acadêmica e a importância e dedicação que tem para o Direito no Brasil e no Mundo,

em especial o Direito Internacional e os Direitos Humanos. Sua brilhante trajetória é fruto de mais de 30 anos de dedicação à pesquisa e à docência.

A riqueza e importância de sua obra de mais de 40 livros ampliaram seu papel acadêmico no direito internacional, ultrapassando fronteiras, e o levaram às Cortes Internacionais de Justiça (Interamericana de Direitos Humanos e de Haia). Ficamos honrados com sua presença, livros e lições transmitidas durante quase três horas de palestra seguida de debate.

E o encontro da AMB, além de reforçar nossa parceria em favor da magistratura brasileira, amplia e reforça o papel da classe e das Associações de adotarem postura mais ativa perante os direitos humanos e a realidade social do País. ●

(*) Presidente da Amagis

“Amagis estimula novas formas de gestão pública construídas por meio do diálogo”



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albitea, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Comissão da
Amagis amplia o
debate da LEP

7

- » TJMG estuda implantação das novas conquistas da LODJ 03
- » Votação da PEC 63 é adiada 03
- » Amagis conquista assento e voz no Órgão Especial do TJ 04
- » Juízes brasileiros propõem regimento para comissão 05
- » Jurista destaca Judiciário e os direitos humanos 05
- » Direito Internacional é debatido em BH 06
- » Comissão da Amagis amplia o debate da LEP 07
- » Gestão itinerante integra magistratura mineira 08

- » Amagis divulga nota em defesa dos juizes de Montes Claros 9
- » Magistrados assumem funções administrativas 10
- » TRE-MG ganha dois novos integrantes 11
- » Coral da Amagis integra Comissão dos 60 anos 12
- » Magistrados podem contribuir com as unidades sociais 13
- » Coral da Coinj recebe apoio para turnê internacional 14
- » Propaganda é desafio para juizes eleitorais 16
- » Conselho busca aprimoramento e qualificação do Amagis Saúde 24

13 Magistrado podem
contribuir com as
unidades sociais

Amagis divulga nota
em defesa dos juizes
de Montes Claros

9

Conselho busca
aprimoramento e
qualificação do
Amagis Saúde

24

ATS

Votação da PEC 63 é adiada

Jonas Pereira/Agência Senado

Com a AMB, Associações estaduais de magistrados e o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou, nos dias 15 e 16 de julho, de encontros com líderes partidários, no Senado, para discutir a tramitação da PEC 63, que resgata o Adicional por Tempo de Serviço da magistratura.

No dia 15, reuniram-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e acertaram encontro com representantes dos Três Poderes para discutir a PEC 63. Além do presidente da Amagis, participaram do encontro, o vice-presidente Legislativo da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes, o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura, juiz Marcelo Piragibe, o 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Fernando Caldeira Brant, o juiz auxiliar da presidência do Tribunal mineiro, juiz Nicolau Lupianhes Neto, e representantes de magistrados de todo o País. Com a chegada do recesso parlamentar, a votação da PEC ficou adiada para o segundo semestre, em calendário especial por conta das eleições.

ATUAÇÃO

Desde maio, quando a proposta ganhou força na agenda do Senado, Herbert Carneiro tem atuado em gestões feitas junto aos parlamentares para garantir a aprovação da PEC, que, para ele, é uma forma de valorização da carreira e de retribuição pelo tempo de serviço, garantindo a permanência e estímulo



Representantes de Associações e da AMB em reunião com o presidente do Senado

ao crescimento profissional dos magistrados. “Ao contrário das demais carreiras, as da magistratura e do Ministério Público não possuem progressão horizontal, o que impede a valorização do exercício profissional”, avaliou.

COMUNICADO

Em carta aos magistrados, o presidente da AMB, João Ricardo dos Santos Costa, reafirmou o compromisso da Associação de continuar o trabalho pela aprovação da PEC 63. No documento, ele relatou a reunião com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Rogério Caffarelli, da qual participaram os juizes Paulo Schmidt, presidente da Anamatra, e Antônio César Bochenek, presidente da Ajufe.

Na ocasião, Caffarelli manifestou a intenção do governo de dialogar com a magistratura e que o Planalto deverá indicar um interlocutor para aprofundar a discussão sobre o tema e buscar construir um plano de carreira para a classe. ●

BENEFÍCIOS

TJMG estuda implantação das novas conquistas da LODJ

Em resposta aos cinco ofícios da Amagis, requerendo a normatização e regulamentação dos avanços conquistados com a nova LODJ, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, informou que os encaminhou para a análise de sua assessoria. Em breve, a minuta de resolução sobre ajuda de custo de moradia será submetida à Comissão Salarial do Tribunal e, em seguida, ao Órgão Especial. A nova lei foi sancionada, no dia 28 de junho, pelo governador Alberto Pinto Coelho.

Entre as conquistas aprovadas na nova Lei, a Amagis pleiteia o pagamento do auxílio-aperfeiçoamento profissional e a regulamentação de conquistas como a gratificação

por turma recursal e direção do foro.

As mudanças de comarcas também foram contempladas. O magistrado receberá um subsídio a título de despesas de transporte quando for promovido para outra comarca, e o cônjuge ou companheira(o) de magistrado(a) servidor(a) público(a) poderá acompanhá-lo(a) para a comarca com lotação provisória.

A exemplo da boa interlocução com a Assembleia Legislativa de

Minas Gerais, que garantiu a celeridade da aprovação do projeto na casa, a Amagis privilegiará o diálogo com a nova diretoria do Tribunal de Justiça a fim de garantir a implantação dos direitos garantidos na nova LODJ. ●



MAGISTRATURA VALORIZADA

Amagis conquista assento e voz no Órgão Especial do TJ

Pela primeira vez nos 59 anos de sua história, a Amagis conquistou assento, com direito a voz, mas sem direito a voto, nas sessões administrativas do Órgão Especial do TJMG, onde são tomadas as decisões mais importantes do Tribunal. A reivindicação havia sido feita pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, no dia 31 de março e foi deferida no dia 23 de julho pelo presidente do TJ, desembargador Pedro Bittencourt, em reconhecimento à Associação como única e legítima representante da magistratura mineira.

Com a medida, a Associação amplia a atuação e abre novos espaços de diálogos e interlocução com a direção do Tribunal. “Até então, a Associação se fazia presente por meio de seu Departamento Jurídico e da Assessoria de Comunicação para, respectivamente, fazer a defesa processual e dar divulgação às decisões do Órgão Especial; agora, se fará presente em todas as sessões com direito à manifestação em quaisquer assuntos de interesse da classe”, disse o presidente da Amagis.

De acordo com Herbert Carneiro, o deferimento representa também maior valorização à magistratura no momento em que o Tribunal confirma demonstração de compromisso com a transparência e democratização interna, a exemplo da recente e histórica abertura

Adriano Boaventura



Hebert Carneiro representa a magistratura em sessão do Órgão Especial

do colégio de elegíveis à Mesa Diretora, com possibilidade de eleição de todos os desembargadores integrantes do Tribunal Pleno.

O Órgão Especial é integrado por 25 desembargadores e exerce atribuições administrativas de competência do Tribunal Pleno, muitas delas de interesse de toda a magistratura

“Decisão democratiza e dá mais legitimidade às decisões do TJ”

estadual ou de parcela dela (veja atribuições no infográfico ao lado). Passam pelo crivo desse colegiado, decisões envolvendo desde a organização judiciária até a proposta orçamentária anual de todo o Judiciário.

De acordo com Herbert Carneiro, a participação da Amagis no Órgão Especial trará

benefícios a todo o Judiciário. “Enriquece e democratiza o debate e garante maior efetividade e legitimidade às deliberações do Tribunal”, disse o magistrado, convencido de que, com o gesto, a Amagis estimula novas formas de gestão pública por meio do diálogo.

O juiz Edmundo Lavinhas Jardim, de Poços de Caldas, considerou a decisão uma grande conquista, que, em sua avaliação, deve ser permanente, mesmo que a Amagis venha a ser administrada por um juiz. A juíza Miriam Vaz Chagas, de Ribeirão das Neves, apontou avanço no sentido de viabilizar elo de comunicação entre os anseios mais caros dos magistrados e o Órgão Especial. E o juiz aposentado Braz Moreira Henriques destacou progresso para os magistrados, por trazer mais participação e benefícios para todos. ●

ÓRGÃO ESPECIAL DO TJMG

O QUE É?

Integrado por 25 desembargadores, exerce atribuições administrativas de competência do Tribunal Pleno, muitas delas de interesse de toda a magistratura estadual ou de parcela da classe.

ATRIBUIÇÕES

- Estabelece regras para as eleições aos cargos de direção e de cúpula;
- Delibera sobre organização judiciária;
- Aprova projetos de lei de iniciativa do Judiciário;
- Propõe aumento ou redução do número de desembargadores e alteração do sistema de remuneração da magistratura;
- Aprecia a proposta de orçamento;
- Adota providências visando ao aprimoramento das rotinas de trabalho de seus órgãos e serviços auxiliares;
- Aprova o plano plurianual de gestão e os relatórios semestrais de execução

DIREITOS HUMANOS

Juízes brasileiros propõem regimento para comissão

Adriano Boaventura



Carlos Frederico, Ricardo Barreto, Herbert Carneiro e Marcelo Roseno

A Comissão de Direitos Humanos da AMB, integrada por magistrados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Roraima, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Distrito Federal e da própria Associação nacional, aprovou, no dia 25 de setembro, em reunião realizada na Amagis, a proposta de regimento do órgão.

O texto prevê objetivos, linha de atuação, competência e atribuições da comissão e será

apresentado ao Conselho Executivo da AMB para aprovação. Durante a reunião, foi anunciada a participação da AMB no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Governo Federal.

Além do regimento interno, os membros da comissão debateram os direitos humanos sob a perspectiva de vários subtemas, como o sistema de Justiça criminal, corrupção e improbidade administrativa; ambiental, agrário e indígena;

criança, adolescente, idoso e questões de gênero; grupos vulneráveis; trabalho decente e formação de juízes.

O encerramento da reunião contou com a palestra do professor e jurista Antônio Augusto Cançado Trindade, integrante da Corte de Haia, sobre o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Na abertura dos debates, Cançado Trindade cumprimentou a Amagis e a AMB pela iniciativa. (Leia matéria ao lado). ●

Adriano Boaventura



Membros da Comissão estudam proposta de novo regimento

PALESTRA

Jurista destaca Judiciário e os direitos humanos

Adriano Boaventura



Antônio Augusto Cançado Trindade

O professor e juiz da Corte Internacional de Justiça, Antônio Augusto Cançado Trindade, durante palestra que encerrou a reunião da Comissão de Direitos Humanos da AMB, na sede da Amagis, no dia 25 de julho, destacou a importância e o papel do Judiciário na defesa dos direitos humanos em quaisquer sociedades e Países.

Ao comentar a autonomia dos ordenamentos jurídicos nacional e internacional, no âmbito dos direitos humanos, o juiz da Corte de Haia compartilhou episódios de sua vasta experiência internacional, que confirmaram o acerto da visão unitária entre o ordenamento internacional e o ordenamento interno.

De acordo com Cançado Trindade, em relação a crimes contra a humanidade, as leis de anistia não têm efeitos jurídicos. Segundo ele, com relação à lei brasileira, não existe anistia para crimes como tortura e desaparecimentos forçados de pessoas, existindo toda uma jurisprudência internacional sobre esta matéria.

Ele se declarou um entusiasta da Justiça Restaurativa como for-

ma da solução de conflitos, projeto que vem sendo promovido intensamente pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Sobre a questão do pedido de perdão, Cançado Trindade afirmou que, em seu modo de ver, a última palavra é da vítima. “É ela quem vai decidir se aceita ou não o pedido de perdão.” Em sua vasta experiência avalia que a melhor maneira que as vítimas têm de conviver com seu passado é no sentido de elas verem a justiça realizada.

Avaliando a convenção contra o genocídio, Cançado Trindade observou que ela requer uma atualização, porque, na época de sua conclusão, ela foi adotada para que se impedisse de ocorrer um novo holocausto, como o da 2ª Guerra Mundial, mas o magistrado questionou os genocídios que ocorreram desde então, e não são considerados por causa de sua convenção, citando como exemplo, o crime de estupro sistemático de mulheres, como arma de guerra, que o Tribunal Penal Internacional aplicou em Ruanda, considerando-o como um genocídio. ●

CURSO DE INVERNO

Direito Internacional é debatido em BH

Durante duas semanas, entre os dias 14 e 25 de julho, magistrados mineiros, advogados, juristas, acadêmicos e demais interessados discutiram, em Belo Horizonte, o Direito Internacional, durante o X Curso de Inverno, promovido pelo Centro de Direito Internacional (Cedin), da UFMG, com o apoio da Associação dos Magistrados Mineiros.

Proferiram as palestras durante o curso, conferencistas de diversos países como França, Itália e Brasil. O objetivo foi estimular e qualificar a reflexão e o debate sobre os mais diversos temas do Direito Internacional. A juíza Marli Maria Braga Andrade, que participou do evento, destacou a importância da atualização constante do magistrado. “Estes cursos sempre nos acrescentam algo a mais que é necessário ao nosso conhecimento. Além disso, é muito importante nos manter informados, e o Curso de Direito Internacional nos oferece conhecimentos e informações sobre direito humanitário e convenções internacionais. Destaco também os professores e conferencistas que são gabaritados, o que motiva ainda mais a participação em eventos como esses”, reconheceu.

Entre os temas discutidos durante o evento, estavam: Tribunal Penal Internacional: Aspectos relevantes, progressos alcançados e desafios por enfrentar;

sanções econômicas do Direito Internacional, Responsabilidades das Organizações Internacionais perante Cortes domésticas e internacionais; arbitragem de investimento e especificidades entre os modos de resolver litígios internacionais; cooperação jurídica internacional; comunidade internacional; solução de controvérsias na OMC, estudo em perspectiva comparada; a dívida soberana dos Estados e a cooperação jurídica internacional, entre outros.

Durante a abertura do evento, o presidente do Cedin, professor Leonardo Nemer, falou sobre a importância da realização do curso e da satisfação de poder realizar sua 10ª edição e do apoio fundamental das instituições, entre elas a Amagis. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da mesa de abertura da solenidade, que contou também com as presenças da juíza Sylvia Steiner, do professor italiano Paolo Palchetti e do professor francês Jean-Marc Thouvenin. A vice-presidente da Amagis, juíza Luzia Peixoto, também participou da abertura do evento. Antes do início do curso, o desembargador Herbert Carneiro, a pedido do presidente do Cedin, entregou para a juíza Sylvia Steiner o Certificado de Homenagem Cátedra Rui Barbosa.

O curso foi realizado no auditório da Faculdade de Direito da UFMG. ●

Georgia Bacvaroff

**Abertura do Curso de Inverno de Direito Internacional, em BH**

Dictum
instituto de gestão e perícia

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS**

Rua Raimundo Correa, 52 - sala 02 - São Pedro - CEP 30330-090
Belo Horizonte/MG | dictum@dictuminstituto.com.br | 31 3282-5374

EXECUÇÃO PENAL

Comissão da Amagis amplia o debate da LEP

Com o objetivo de ampliar o debate e envolver a sociedade na discussão sobre o projeto da nova Lei de Execução Penal (LEP), que tramita no Senado Federal, os membros da Comissão de Estudos da Amagis têm publicado diversos artigos, analisando o que pode ser aprimorado. Os artigos foram publicados em vários jornais do país, como a Folha de São Paulo, O Globo, Estado de Minas e em sites especializados, como o Consultor Jurídico.

Diversos assuntos foram temas de estudos e divulgados na imprensa, como, “a importância dos conselhos da comunidade para a melhoria do sistema prisional e otimização da ressocialização dos presos”; “a redução da superlotação carcerária com a obtenção de benefícios por parte dos presos”; “a situação da população LGBT encarcerada nos presídios”, entre outros.

A Comissão é formada por sete magistrados, trabalhando ponto a ponto do projeto, sendo que cada um deles fica responsável pelo estudo de alguns itens do PL, para a confecção de um relatório final, que será levado ao Senado.

Além disso, a Comissão está aberta a receber a valiosa contribuição de toda a magistratura mineira, enviando sugestões para a construção de uma legislação moderna e que atenda aos anseios da sociedade. Para isso, foi criado o endereço de e-mail lep@amagis.com.br.



Artigos publicados pela Comissão da Amagis em diversos jornais do País

FORMAÇÃO CONTINUADA

ENM oferece cursos para todo o País



ENM promove cursos a magistrados

Com o objetivo de fomentar a formação continuada dos magistrados mineiros e brasileiros, a ENM, da AMB, e a Ejef, do TJMG, oferecem uma série de cursos e eventos durante o segundo semestre de 2014. Mediação e conciliação para magistrados aposentados e Atualização em Direito ambiental e agrário são alguns dos cursos que serão

ministrados pela ENM, neste mês de agosto. Também para o segundo semestre, a Ejef, em parceria com a UFMG, está formatando cursos sobre filiação e paternidade, improbidade administrativa, entre outros, para os magistrados mineiros. Mais informações podem ser obtidas nos sites da ENM (www.enm.org.br) e da Ejef (www.ejef.tjmg.jus.br).

ATUALIZAÇÃO

Confira o sorteio de livros da Amagis

A Amagis sorteou, no mês de julho, diversos livros cedidos pela editora Del Rey, parceira desta iniciativa com a Associação. Entre eles, “Responsabilidade civil do Estado”, uma obra coordenada por Edimir Ferreira de Faria e organizada por Simone Letícia Severo e Sousa, que traz texto de vários autores, entre eles o desembargador do TJMG, Kildare Gonçalves Carvalho; “O Preposto e a Ação Trabalhista”, de autoria dos advogados Rogério Lima de Carvalho e Karoline de Brito Figueiredo; e “Comentários ao Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais”, de autoria do tenente-coronel da Polícia Militar de Minas Gerais Josan Mendes Feres.

A Amagis agradece aos que se inscreveram e con-

Divulgação



vida todos a continuarem participando dos sorteios.

Os sorteios são realizados todas as segundas-feiras, quando é divulgado o nome do ganhador e o novo livro que será sorteado. Para concorrer, acompanhe o site amagis.com.br, siga a Associação no twitter e no facebook, e inscreva-se pelo e-mail imprensa@amagis.com.br, enviando seu nome, telefone e endereço completo.

PARTICIPAÇÃO

Gestão itinerante integra magistratura mineira

Com o objetivo de intensificar a gestão itinerante e participativa, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, reuniu-se, em julho, com juízes das Comarcas de Conselheiro Lafaiete, Ibitité, Uberlândia, Uberaba e Araguari, para falar sobre as ações mais recentes da Associação e conversar com os magistrados sobre a realidade de cada região. Ainda no dia 30, esteve em Juiz de Fora, na Zona da Mata, acompanhado do presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, com o mesmo objetivo.

Durante os encontros, os principais temas debatidos foram a atuação em Brasília junto aos senadores para incluir a PEC 63 (resgate do ATS) na pauta de votações; a implantação das conquistas da nova LODJ, que está sendo analisada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais; os novos critérios para a promoção de juízes por merecimento e aos Tribunais, cujas propostas da Amagis já foram encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça, e o aperfeiçoamento do Judiciário.

Em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, no dia 28 de julho, o presidente da Amagis, que estava acompanhado do juiz auxiliar da presidência do TJMG, Nicolau Lupianhes Neto, encontrou-se com vários magistrados da ativa e aposentados no Fórum Abelardo Pena. Logo em seguida, Herbert Carneiro e Lupianhes Neto foram para Araguari, na mesma região, onde se

encontraram com os juízes da comarca no Fórum Oswaldo Pierucetti, para conversar sobre os interesses da classe.

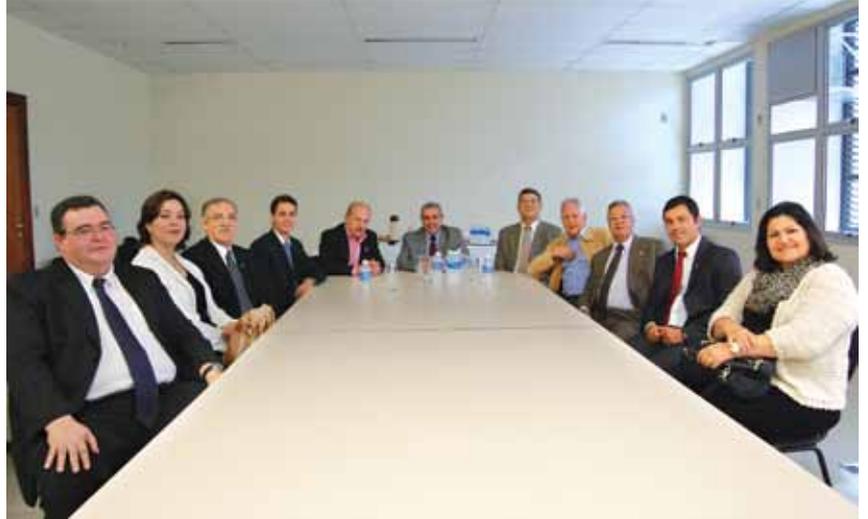
No dia seguinte, 29 de julho, o presidente da Amagis foi para Uberaba, também no Triângulo Mineiro, no Fórum Melo Viana, onde tratou tanto de assuntos de interesse da classe, como da própria sociedade, na perspectiva do aperfeiçoamento do Judiciário mineiro.

No dia 11 de julho, Herbert Carneiro esteve em Ibitité, na Grande Belo Horizonte, para levar aos magistrados informações sobre as conquistas mais recentes da Associação e ouvir dos colegas quais são as principais demandas da comarca. Dois dias antes, o presidente da Amagis já havia se reunido, em Conselheiro Lafaiete, na região Central do Estado, para conversar com os magistrados sobre o trabalho desenvolvido nos últimos meses.

Ainda em Conselheiro Lafaiete, o presidente Herbert Carneiro reuniu-se com o prefeito da cidade, Ivar de Almeida Cerqueira Neto, para regularizar a situação de terreno que a Associação possui no município.

Com a gestão itinerante, a diretoria da Amagis tem se empenhado em aproximar a Associação de juízes de todo o Estado, não só relatando as ações realizadas, como ouvindo as reivindicações da magistratura, ampliando assim a participação da classe. ●

Adriano Boaventura

**Reunião em Conselheiro Lafaiete no Fórum Doutor Assis Andrade**

Georgia Baçvaroff

**Encontro com juízes no Fórum de Uberlândia na sala da Associação**

Wilson Menezes/TJMG

**Reunião em Juiz de Fora contou com a participação do presidente do TJ**

Georgia Bacvaroff



Juizes de Araguari receberam o presidente da Amagis

Tiago Parrela



Magistrados de Ibititê falaram sobre a situação da comarca

Georgia Bacvaroff



Herbert Carneiro e Nicolau Lupianhes com os juizes no Fórum Melo Viana

PRERROGATIVAS

Amagis divulga nota em defesa dos juizes de Montes Claros

Em nome da democracia e em respeito à classe, a Amagis divulgou, no dia 2 de julho, nota pública contestando as insinuações, preconceituosas e genéricas dirigidas à Magistratura mineira, em particular aos juizes de Montes Claros, pelo delegado de Polícia Federal, Marcelo Eduardo Freitas.

De acordo com o presidente Herbert Carneiro, a Amagis defende e incentiva a livre manifestação do pensamento e o exercício constitucional da liberdade de expressão, desde que exercidos de maneira sustentável e com respeito a pessoas, profissionais e instituições à cidadania, e repudia qualquer acusação sem

provas no intuito de caluniar e difamar.

“Os magistrados montes-clarenses são exemplos de juizes responsáveis, honrados, dedicados e cumpridores da Constituição e das leis, razão pela qual orgulham o Judiciário mineiro e brasileiro, e, àqueles que, por uma razão ou outra, estiverem insatisfeitos com suas atuações e decisões, lhes é facultado o direito ao recurso a outras instâncias”, pontuou Herbert Carneiro.

Ainda na nota, a Associação adiantou que tomará as devidas providências em defesa da honra e do trabalho de profissionais abnegados. A nota foi publicada nos sites jornal-montesclaros.com.br e montesclaros.com •



Amagis divulga nota em defesa de juizes de Montes Claros

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público contestar as insinuações desrespeitosas, preconceituosas e genéricas dirigidas à Magistratura mineira, em particular aos juizes de Montes Claros, pelo delegado de Polícia Federal, Marcelo Eduardo Freitas.

Respeitamos a livre manifestação do pensamento e o exercício constitucional da liberdade de expressão, desde que exercidos de maneira sustentável e com respeito a pessoas, profissionais e instituições caras à democracia e à cidadania.

Os magistrados montes-clarenses são exemplos de juizes responsáveis, honrados, dedicados e cumpridores da Constituição e das leis, razão pela qual orgulham o Judiciário mineiro e brasileiro. Àqueles que, por uma razão ou outra, estiverem insatisfeitos com suas atuações e decisões, lhes é facultado o direito ao recurso a outras instâncias.

Acusar sem provas, genericamente ou não, é caluniar e difamar, situação com a qual não concordamos e repudiamos e que, por essa mesma razão, tomaremos as devidas providências em defesa da honra e do trabalho de profissionais abnegados.

Belo Horizonte, 2 de julho de 2014

Desembargador Herbert Carneiro
Presidente da Amagis

Nota pública do presidente da Amagis

MUDANÇAS

Magistrados assumem funções administrativas

Tiago Parrela



Mudanças foram anunciadas no Órgão Especial

INTEGRAÇÃO

Novo desembargador se filia aos quadros da Amagis

Tiago Parrela



Roberto de Vasconcellos Paes e Herbert Carneiro

Dez dias depois de ser empossado no TJMG, o desembargador Roberto Soares de Vasconcellos Paes esteve na sede da Amagis, no dia 14 de julho, para visita de cortesia ao presidente desembargador Herbert Car-

neiro, quando o novo magistrado afirmou que irá se filiar à Associação e se colocou à disposição para contribuir com o trabalho da Amagis.

Roberto Paes tomou posse no cargo de desembargador no dia

4 de julho, em solenidade no auditório do Anexo I do Tribunal, em Belo Horizonte. Na ocasião, o presidente do TJ, desembargador Pedro Bitencourt, destacou a satisfação por sua chegada e a certeza de que sua participação irá engrandecer a instituição judiciária e a magistratura mineira. Roberto Paes recebeu o Colar do Mérito Judiciário das mãos do presidente do Tribunal, na presença de sua esposa Eliane Maria Ramos de Vasconcellos Paes, dos filhos Rafael e Gabriel e de sua mãe, Vânia Soares Fróes. Roberto Soares de Vasconcellos Paes integra a 18ª Câmara Cível do TJMG. ●

Durante sessão do Órgão Especial, realizada no dia 9 de julho, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt, divulgou a relação de juízes que irão auxiliar a nova diretoria do TJ durante o biênio 2014-2016.

Os juízes Manoel dos Reis Morais, Nicolau Lupianhes, Ramom Tácio de Oliveira e a juíza Mônica Libânio passam a exercer a função de juiz auxiliar da presidência do TJMG. O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos foi indicado para auxiliar a 2ª Vice-presidência do Tribunal.

COMISSÃO DE ÉTICA

No mesmo dia, os desembargadores Luiz Arthur Rocha Hilário, Armando Freire, Eduardo Machado Costa e Alberto Henrique Costa

de Oliveira, o juiz José Maurício Cantarino Villela e a juíza Cláudia Helena Batista foram eleitos para compor a Comissão de Ética do TJMG.

OUVIDORIA

Ainda na sessão de 9 de julho, o desembargador Jaubert Carneiro Jaques foi eleito novo ouvidor-geral do TJMG. O magistrado sucedeu o desembargador Doorgal Andrada. Natural de Januária (Norte de Minas), Jaubert Carneiro formou-se em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, de São Paulo, e é mestre e doutor em Direito Processual pela PUC Minas e graduado em filosofia pela UFMG.

Promovido a desembargador em 2011, foi juiz nas comarcas de Grão Mogol, Francisco Sá, Pedra Azul, Miraflores, Cataguases e Belo Horizonte. ●

POSSE

Juíza exerce função de desembargadora

Marcelo Albert/TJMG



Pedro Bitencourt e Valéria Rodrigues

A juíza Valéria Rodrigues, titular da Vara Infracional da Infância e Juventude, tomou posse, no dia 14 de julho, no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A magistrada irá compor, mediante substituição, funções de desembargadora no Tribunal. Ela vai integrar a 4ª Câmara Criminal, substituindo o desembargador Doorgal de An-

drada, que, por seis meses, irá prestar serviços em Moçambique.

Natural do Rio de Janeiro, Valéria Rodrigues tomou posse na magistratura mineira, em 30 de abril de 1992. Atuou nas comarcas de Conselheiro Lafaiete, Araxá, Muriaé, e, desde 2005, ocupa o cargo de juíza titular da Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte. ●

ELEIÇÃO

TRE-MG ganha dois novos integrantes

Tiago Parrela



Maurício Pinto Ferreira

O desembargador Edgard Penna Amorim e o juiz Maurício Pinto Ferreira foram eleitos, no dia 14 de julho, du-

rante sessão do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), para os cargos de juiz membro substi-

Tiago Parrela



Edgard Penna Amorim

tuto, classe desembargador, e juiz membro efetivo, classe juiz de direito do Tribunal Regional Eleitoral de Mi-

nas Gerais (TRE-MG), respectivamente.

Além deles, concorreram às vagas os magistrados Albergaria

Costa, Antônio Bispo, Hilda Teixeira Costa, Pedro Bernardes e Vanessa Verdolim, Antônio Belasque Filho, Fábio Torres de Sousa, Guilherme Sadi, José Aluísio Neves da Silva e Mauro Pena Rocha.

A pedido do presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, essa eleição foi realizada, pela primeira vez, com a utilização de urna eletrônica, cedida pelo próprio TRE-MG.

Desembargador do TJMG desde 2013, Edgard Penna Amorim é natural de Belo Horizonte e formou-se em Direito pela UFMG, em 1982. Natural de São José dos Campos (SP), o juiz Maurício Ferreira formou-se em direito pela Universidade do Vale do Paranaíba, em 1986, e ingressou na magistratura mineira em abril de 1992. ●

EDITAIS

Desembargadora lançará livro

Marcelo Albert/TJMG



Selma Maria Marques

A desembargadora Selma Maria Marques, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, irá lançar, no dia 21 de agosto, no salão de festas da Amagis, o livro “Responsabilidade Civil no contrato de empreitada pelo cumprimento imperfeito”, pela editora D’ Plácido.

O livro é fruto de uma tese de mestrado, que demonstra que o cumprimento imperfeito é mais danoso que o descumprimento perfeito. A tese é um desdobramento de uma sentença dada pela desembargadora em 2003, em 1º grau, tendo sido levada para a produção de sua tese de mestrado, e confirma que o resultado da sentença seria o mesmo hoje, em qualquer lugar do mundo. ●

HISTÓRIA

Mejud prepara visita virtual

Rodrigo Albert/TJMG



Mejud fica no Palácio da Justiça

Com previsão de conclusão para setembro deste ano, a Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) terá um sistema de visitação virtual de seu acervo. A ideia é possibilitar a visita aos acervos da Mejud, hoje expostos no prédio do Palácio da Justiça em Belo Horizonte, também através da internet. Para isso, foi contratada uma empresa especializada na implantação de plataforma tecnológica de visitação virtual, que terá o apoio do mascote ‘Arthur’, nome dado em homenagem ao criador da Mejud, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira. ●

PROPOSTAS

Livro analisa Judiciário

Divulgação



O juiz Luiz Guilherme Marques lançou, no dia 24 de julho, o livro “Judiciário do Brasil – propostas”, publicado pela Editora Letras Jurídicas, em evento realizado no Parque Esportivo da Amagis, em BH.

A obra, que leva prefácio escrito pelo desembargador Reynaldo Ximenes e apresentação do diretor-presidente da ENM, juiz Marcelo Piragibe, reúne parte dos artigos do autor sobre o Judiciário do Brasil, onde busca contribuir para a evolução da Justiça, com base em ideias coletadas em outros países e também em experiências bem-sucedidas no Judiciário de alguns estados e outras de estudiosos em geral. ●

CELEBRAÇÕES

Coral da Amagis integra Comissão dos 60 anos

Bruno Gontijo

Reativado neste ano, o Coral da Associação fará parte das comemorações dos 60 anos da Amagis em 2015. A inclusão foi aprovada durante reunião, no dia 3 de julho, entre a Comissão dos 60 anos da Amagis e a Coordenação do Coral da Associação para integrar o grupo musical aos eventos que estão sendo preparados.

O Coral da Amagis, coordenado pelos desembargadores Guilherme Luciano Baeta Nunes e Armando Pinheiro Lago, está com as inscrições abertas para participação de vozes masculinas e femininas e não há restrição quanto aos integrantes, aberto a toda comunidade. Para isso, basta comparecer aos ensaios, que são realizados às terças e quintas-feiras, das 20h às 22h, na sede da Amagis (Rua Albita, 194, 2º andar). Quem quiser mais informações do Coral, pode ligar para (31) 9651-6209.

Nos anos de 2002 e 2003, o grupo de vozes da Associação fez diversas apresentações em Belo Horizonte e nas cidades do interior, como Tiradentes, Serro e Mariana, com participações em turnês e eventos em datas comemorativas.

Participaram da reunião, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro; o presidente da Comissão de Memória, desembargador José Nicolau Masselli; os coordenadores do Coral e o diretor tesoureiro, juiz José Martinho Nunes Coelho. •



José Martinho, Armando Pinheiro, Herbert Carneiro, Guilherme Nunes e Nicolau Masselli

PODER JUDICIÁRIO

Associação recebe Sinjus-MG

No dia 10 de julho, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, recebeu, na sede da Associação, o coordenador-geral do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais (Sinjus-MG), Wagner Ferreira, e o diretor Jurídico do Sinjus, Alexandre Pires, para visita de cortesia.

Foram tratados temas de interesse co-

mun dos magistrados e servidores com o objetivo do aprimoramento do Poder judiciário e do atendimento aos jurisdicionados. Os representantes do sindicato apresentaram uma pauta com propostas de atuação conjunta, com sugestões, por exemplo, de realização de audiências públicas regionais para debater os problemas enfrentados no dia a dia dos fóruns. •

Georgia Bacvaroff



Alexandre, Wagner e Herbert Carneiro

RECONHECIMENTO

Aposentados serão homenageados

Os juízes e desembargadores que se aposentaram em 2013 serão homenageados pela magistratura mineira, no dia 21 de agosto, às 18h30, no auditório da Amagis,

em Belo Horizonte. Para a diretoria da Associação, a homenagem representa além do reconhecimento, a integração entre os associados aposentados e ativos. •

MAGISTRADOS HOMENAGEADOS:

Desembargadores

- José Altivo Brandão Teixeira
- Guilherme Luciano Baeta Nunes
- José Affonso da Costa Côrtes
- Antônio Marcos Alvim Soares
- Tibúrcio Marques Rodrigues
- Antônio de Pádua Oliveira
- Elpídio Donizetti Nunes
- Delmival de Almeida Campos

Juízes

- Valdir Ataíde Guimarães
- José Humberto de Souza Carvalho
- Maria das Graças Nunes Ribeiro
- Márcia Ribeiro Pereira
- Paulo Duarte Lopes Angélico
- João Martiniano Vieira Neto
- Paulo César Penido Coelho
- Fábio Ladeira Amâncio
- Beatriz dos Santos Vailante

PARTICIPAÇÃO

Magistrados podem contribuir com as unidades sociais

Adriano Boaventura



Comissão da Amagis discute propostas para as unidades sociais da Amagis

Criada para estudar o regulamento do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (Camt), das Colônias de Férias, Parque Esportivo e Salão de festas da Associação, a Comissão da Amagis reuniu-se, no dia 10 de julho, para discutir as propostas de aprimoramento do regulamento.

Além de avaliar as normas de uso dos espaços pelos magistrados e seus convidados, a comissão discutiu formas de estimular a frequência dos associados nas unidades sociais e de lazer oferecidas pela Amagis, em Belo Horizonte, no interior de Minas Gerais e em outros Estados.

Os magistrados podem contribuir com o trabalho da comissão enviando propostas e sugestões para o e-mail imprensa@amagis.com.br. A participação dos associados é importante para o aprimoramento do regulamento das unidades sociais, que é de uso de todos.

Participaram da reunião os desembargadores Armando Freire (coordenador da comissão), Marcílio Eustáquio Santos, vice-corregedor de Justiça de Minas Gerais, o desembargador aposentado, Márcio Idalmo Santos Miranda, a juíza Lívia Lúcia Oliveira Borba e juiz aposentado José Francisco Gomes. •

COLÔNIAS DE FÉRIAS

Amagis promove melhorias em seu patrimônio

A Amagis realizou, durante o período de 15 de maio a 18 de junho, a troca do revestimento interno da piscina da Colônia de Férias de Nova Viçosa (BA). A mudança trará mais conforto aos associados e seus

familiares que forem desfrutar da unidade.

Além disso, a Associação está finalizando reforma de toda a calçada em volta de sua sede, em Belo Horizonte. O piso está sendo trocado para ajustar-se

ao Código de Posturas do município, que prevê a adequação das calçadas com sinalização para orientação de pessoas com deficiência visual. A reforma começou no fim de junho, na parte de trás do edifício,

e alcançará o entorno do prédio.

A diretoria da Amagis trabalha permanentemente pela manutenção e preservação de suas unidades sociais e de lazer, sempre atenta às suas necessidades e demandas,

buscando preservar o patrimônio da classe.

A Associação possui colônias de férias nas cidades de Nova Viçosa (BA), Cabo Frio (RJ), Ubaituba (SP), Caldas Novas (GO) e Caxambu (MG). •



NOVO CIVIC 2015.
Todo mundo quer conhecer.

Civic LXR 2015

R\$70.031,00*



CORTESIA**

PROTECTOR DE CARTER **JOGO DE TAPETES**

- Grade dianteira renovada
- Novo farol de neblina
- Rodas de liga leve 17 polegadas
- Flex one disponível na versão LXS

Home* and Office Delivery**

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611



HONDA

AUTO JAPAN

autojapan.com.br

*Valor à vista para a compra de Honda Civic LXR automático 1.4/15, pintura sólida, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiados Amagis. ** Protetor de cárter e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic LXR, para filiados Amagis. *** Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. Condições válidas de 01/08/2014 a 31/08/2014. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

AÇÃO SOCIAL

Coral da Coinj recebe apoio para turnê internacional

Tiago Parrela



Orquestra e Coral se apresentam no Palácio das Artes

A Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil do TJMG têm recebido doações para a realização da turnê “Justiça e Paz se abraçarão”, pela Europa. Mas, para a concretização deste sonho, ainda é necessária a sua participação, em qualquer valor. Quem tiver o interesse de contribuir, pode fazê-lo por meio de depósito no Banco do Brasil (Agência: 1615-2 Conta Corrente: 20399-8 – Titularidade: Amagis).

A Turnê percorrerá a Áustria, Itália, Liechtenstein e Vaticano, de 13 a 28 de outubro deste ano, possibilitando, a estes jovens

talentos, levarem sua música onde nunca imaginaram.

No dia 20 de maio, a Amagis celebrou protocolo de intenções com a Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), de apoio ao projeto social, especialmente, no que tange a turnê.

A Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil, uma iniciativa da Coinj, atende cerca de 130 crianças e adolescentes, muitos vindos do Aglomerado Santa Lúcia, no Morro do Papagaio, ou de instituições de acolhimento da capital mineira, outros são trabalhadores da Assprom. ●



Conquistar a casa dos seus sonhos ou aquele veículo especial está ainda mais fácil com o Sicoob Consórcios.

PODE COMEÇAR A SONHAR!

- ✓ Parcelas sem juros e taxas de administração menores que as praticadas no mercado.
- ✓ Pagamentos por boleto.
- ✓ Planos de acordo com as suas necessidades.
- ✓ Uso do FGTS* para dar um lance no consórcio de imóvel, quitar, amortizar ou pagar parte das prestações do seu consórcio.

* Conforme regras do FGTS e contrato de adesão ao consórcio.

www.sicoobjusmp.com.br

SICOOBJUS-MP
Cooperativa de Crédito



AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS

Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.



A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

SOBE E DESCE

Ibovespa e as pesquisas

DESEMBARGADOR

TARCÍSIO MARTINS COSTA

O preço das ações brasileiras tem se afastado, cada vez mais, das influências externas, aproximando-se das expectativas eleitorais. Segundo os analistas, as constantes intervenções do governo nas empresas afetam a rentabilidade delas, trazendo insegurança ao mercado. Mostram os gráficos que, quando os mais a presidente Dilma Rousseff cai nas pesquisas, mais sobe o preço das ações, notadamente o das estatais. Em suma, a trajetória do Ibovespa está estreitamente vinculada às pesquisas eleitorais. Quando a atual presidente decresce na preferência do eleitor, a bolsa sobe. Em 6 de junho passado, o Ibovespa subiu 3,04%; no pregão seguinte, dia 9, 2,5 %, alcançando 54.273 pontos, quando a máxima do ano era de 54.412 pontos, em 14 de maio. É que a pesquisa Datafolha apontou queda nas intenções de voto de Dilma, garantindo a maior alta da bolsa em dez semanas.

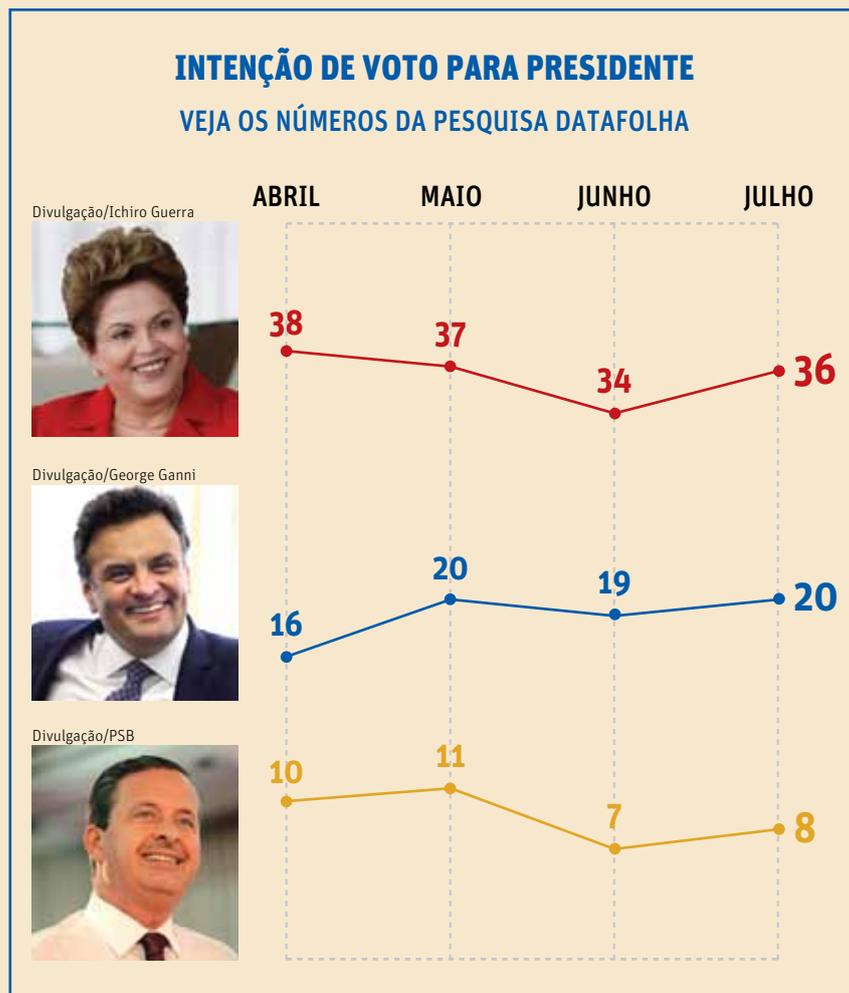
Depois da virada do ano, quando o mercado ficou mais sensível ao cenário eleitoral e a popularidade de Dilma se manteve em alta (41%), as ações caíram. Entretanto, quando ela passou a perder alguns pontos nas intenções de voto, caindo a 36%, no dia 6 de abril; 35%, em 2 de maio, e 33%, em 2 de junho, a cotação dos papéis começou a subir, especialmente o das estatais. Tais números revelam

que os investidores se animam diante da possibilidade de correção de rumos da política econômica oficial, com a eleição de candidato da oposição. A expectativa é que esse teria gestão mais eficiente, focada na geração de lucros das empresas.

Recente estudo do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) assinala que, a cada ponto, que a presidente perde nas pesquisas equivale a um ganho de cerca de R\$ 1,7 bilhão nas bolsas para as cinco empresas, sob influência ou controle estatal (Petrobrás, Eletrobrás, Cemig, Cespe e Banco do Brasil). Basta lembrar que o papel preferencial da Petrobrás, valendo R\$ 13,00, em março, chegou a R\$ 18,70, em 20 de junho passado: alta de 43,90%. No dia 18 de julho, após pesquisa Datafolha ter apontado empate técnico, entre os mais votados, no segundo turno, o Ibovespa teve alta de 2,57%, chegando aos 57.013 pontos, a mais alta pontuação desde março de 2013. Petrobrás preferencial fechou a 20,52%.

Alguns analistas afirmam que a vitória de Dilma provocaria forte reação negativa do mercado, com uma queda em torno de 25% no índice Ibovespa. Em cenário tão volátil, recomendam ações de empresas com chances de ganho além das urnas. Sugerem os setores financeiro, educacional e construção de baixa renda.

O momento, entretanto, exige cuidados. Por sua própria nature-



za, o mercado de ações é um terreno nervoso e volátil. Seus profissionais são especializados em obter informações relevantes, para saltar na frente dos demais, ao fito de ganhar dinheiro no curtíssimo prazo.

Ricardo Lacerda, do Banco de Investimento BR Partners, na reportagem "Queda de Dilma gera ganho de 4,8 bi" (Folha de São Paulo, 06/06/14), define o momento como de "especulação pura e da pior qualidade". A eleição virou motivo para apostas, movidas pelas pesquisas, consultorias e boatos.

Diante disso, a Comissão de Valores Mobiliários, entidade que

regula o mercado de capitais, decidiu apertar o cerco à divulgação das pesquisas, monitorando se algum investidor vem tendo acesso antecipado aos dados das pesquisas. A preocupação é se esses dados possam ser utilizados para especulação.

Não é a primeira vez que as pesquisas tiveram forte impacto no mercado acionário. Em 2002, esse sofreu queda expressiva com a ascensão do candidato Lula da Silva, diante do temor de rompimento dos contratos, o que não se ocorreu. À época, a CVM editou Resolução, coibindo o uso de informações privilegiadas sobre as pesquisas, o que configuraria

vantagem indevida (inside information). Quando há suspeitas de "vazamentos", a CVM abre um processo, variando as punições de advertência até suspensão ou proibição de atuação no mercado para os beneficiários da informação privilegiada.

Enquanto isso, o índice Bovespa caminha de acordo com os resultados das pesquisas eleitorais, o que deve continuar até outubro, com os especuladores sempre prontos para saltar na frente. Nesse ambiente de especulação, é preciso tremezuda cautela: até os grandes tubarões costumam dar o bote errado. ●

ELEIÇÕES 2014

Propaganda é desafio para juízes eleitorais

Georgja Bacvaroff



Encontro Eleitoral realizado no TRE-MG, em BH

Os juízes que vão conduzir o processo das eleições gerais deste ano em Minas Gerais já estão se preparando há muito tempo. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) vem promovendo diversos encontros, em todas as regiões do Estado, com o objetivo de debater os principais temas eleitorais e promover a troca de experiências entre os magistrados. A Lei da Ficha Limpa será aplicada pela primeira vez nas eleições gerais.

Um dos eventos mais recentes foi o II Encontro de Estudos Eleitorais, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, do TRE-MG, em duas edições. A primeira foi em Mariana, entre os dias 5 e 7 de junho, e a segunda, em Belo Horizonte, nos dias 17 e 18 de julho. Participaram, nas edições, mais de 300 juízes das zonas

eleitorais de Minas Gerais. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou de ambos os encontros.

Um dos temas mais palpitantes, e dos que mais demanda a atenção dos juízes, é o da propaganda eleitoral. A dimensão continental do Estado de Minas Gerais e as grandes distâncias que, muitas vezes, há entre as comarcas, tornam a fiscalização da propaganda irregular um processo difícil para o juiz eleitoral.

As eleições deste ano trazem novidades quanto às regras da propaganda, que sofreram alterações principalmente com a publicação de resoluções pelo Tribunal Superior Eleitoral, em fevereiro. Os candidatos ficaram proibidos, por exemplo, de utilizar serviços de empresas de telemarketing para divulgar suas candidaturas, indepen-

dentemente do horário das ligações. Além disso, toda propaganda ou debate na televisão deverá ter legendas ou ser traduzido para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O tema foi abordado pelo desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, que foi o presidente da Comissão de Propaganda da Capital nas eleições de 2012, e pelo chefe de da equipe de apoio à propaganda eleitoral do TRE-MG, Diogo Mendonça Cruvinel, durante o encontro promovido pelo TRE-MG.

O presidente do TRE, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, afirmou que os magistrados mineiros estão preparados para o trabalho nas eleições e ressaltou que essa será uma grande festa cívica. Leia mais ao lado na entrevista que o presidente do TRE-MG concedeu ao Jornal DECISÃO. ●

MINI-ENTREVISTA >>

**DESEMBARGADOR GERALDO AUGUSTO DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO TRE-MG**

Cláudia Ramos/TRE-MG



Geraldo Augusto de Almeida

O desembargador Geraldo Augusto de Almeida assumiu a presidência do TRE-MG no dia 27 de junho de 2014. O magistrado tem pela frente o desafio da condução das eleições de outubro, as maiores da história de Minas. Nesta entrevista ao Jornal DECISÃO, ele ressaltou a qualidade da equipe de servidores e magistrados que compõem o Tribunal e a importância da formação continuada.

Qual a importância da atualização de informações para os magistrados eleitorais?

Nosso Código Eleitoral é bem antigo e basicamente, em todo período eleitoral, o TSE elabora resoluções com determinações específicas para cada tipo de eleição. Nas eleições de 2012, municipais, todos os serviços e fiscalização ficam concentrados em cada zona eleitoral e em cada comarca. Já neste ano, as eleições são para cargos estaduais e federais. Com isso, cerca de 90% dos trabalhos se concentram nos TREs. Para debater as novidades da lei eleitoral, foi realizado, em Mariana e em Belo Horizonte, o Encontro dos Juízes Eleitorais, que foi feita uma preparação dos juízes para as novidades que existem na Lei Eleitoral. Foi uma possibilidade de trocarmos experiências e informações que nos serão muito úteis.

O senhor comanda o Tribunal Regional

Eleitoral do 2º maior colégio eleitoral do País. Qual a expectativa para as eleições deste ano?

Minas Gerais conta com 351 juízes eleitorais. São colegas dedicados e vocacionados. Eu acredito que será muito tranquilo, porque estou aqui para, ao lado deles, dividir a minha experiência de 37 anos na magistratura, com a experiência que eles têm e estão adquirindo. Nós formamos uma boa equipe, e eu tenho certeza de que faremos destas eleições uma grande festa cívica em homenagem a Minas Gerais e à Nação.

Qual a importância do juiz no sistema eleitoral?

O juiz tem um papel fundamental. Ele dirige, organiza, orienta e coordena a zona eleitoral, onde ficam todos os servidores. É a presença do juiz que confere segurança, tranquilidade e autoridade do Poder Judiciário ao processo eleitoral. ●

NO AR

Destques dos programas de TV da Amagis em julho

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marquês

LEI DA PALMADA

Sancionada no dia 27/06, a regra estabelece que crianças e adolescentes devem ser educadas sem o uso de castigo físico, tratamento cruel ou degradante. Reprender os filhos com palmadas é um costume que precisa ser superado? Para debater o assunto, convidamos o juiz Carlos Eduardo Vieira Gonçalves, da 1ª Vara de Família da Comarca de Sete Lagoas, e o presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família/MG (IBDFAM), Sílvio Augusto Tarabal Coutinho. (*Foto)

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A medida aprovada pela presidente Dilma Rousseff tipifica criminalmente a exploração sexual de crianças e adolescentes a utilização deles em atividades sexuais remuneradas, a pornografia infantil e a exibição em espetáculos sexuais públicos ou privados. Para explicar a nova lei, convidamos o juiz José Honório de Rezende, da 1ª Vara da Infância e Juventude de Ibitiré, e Helyzabeth Campos, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual/MG.

ELEIÇÕES 2014

O Tribunal Superior Eleitoral aprovou mudanças nas leis eleitorais, cujas regras já passam a valer no pleito de outubro. As resoluções aprovadas resultam em alterações importantes para os candidatos e eleitores. Para debater o assunto, convidamos o desembargador Alexandre Quintino Santiago, da 11ª Câmara Cível do TJMG e o juiz Maurício Pinto Ferreira, do TRE-MG.

JUDICIÁRIO PARA A SAÚDE

Magistrados, Ministério Público, Advocacia, além de gestores de saúde, estiveram presentes na I Jornada de Direito da Saúde, em que foram aprovados 45 enunciados que orientam o Judiciário no julgamento de ações na área de saúde. Para debater o assunto, convidamos o desembargador Osvaldo Oliveira Araújo Firmo, da 7ª Câmara Cível do TJMG e o defensor público Bruno Barcala Reis, coordenador da Defensoria Especializada de Saúde. ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

PENSAMENTO JURÍDICO



APERFEIÇOAMENTO DO JUDICIÁRIO

O Pensamento Jurídico preparou uma edição especial sobre o encontro que reuniu a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), e os magistrados mineiros, na sede da Amagis, em Belo Horizonte. Os principais temas abordados foram: diálogo do Supremo Tribunal com os juízes de 1º grau, critérios de promoção, democratização do Judiciário, segurança e estrutura dos fóruns mineiros, dentre outros. (*Foto)

TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS

Minas Gerais tem 1.500 detentos monitorados por tornozeleiras eletrônicas. A previsão é chegar a 4.000 presos até o fim de 2015. Em quais situações o equipamento pode ser usado? A medida é adequada do ponto de vista constitucional? O que dizer sobre a eficiência do equipamento? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Juarez Moraes de Azevedo, titular da Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Nova Lima (Grande BH).

ORQUESTRA INFANTOJUVENIL DO TJMG

Em Minas, uma iniciativa da Coordenadoria da Infância e Juventude (Coinj) promove, por meio da prática musical, a formação técnica e o desenvolvimento social de crianças e adolescentes que residem em comunidades carentes ou em instituições de acolhimento de Belo Horizonte. Para falar sobre esse assunto e a situação da infância e juventude atual, convidamos o desembargador Wagner Wilson Ferreira, responsável pela Coinj.

INSERÇÃO DE PRESOS NO MERCADO DE TRABALHO

Em todo o Brasil, mais de 100 mil presos cumprem pena e ainda trabalham fora. As obras da Copa do Mundo, por exemplo, empregaram 682 detentos e ex-detentos. Quais são os efeitos do trabalho externo sobre o cumprimento da pena e a reinserção social do detento? Para debater o assunto, convidamos a juíza Miriam Vaz Chagas, da Vara de Execuções Penais de Ribeirão das Neves. ●

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

Além do suporte prestado às pessoas quando elas mais precisam, o Seguro DPVAT também está ajudando a modernizar o sistema judiciário brasileiro



O Seguro DPVAT é reconhecido no Prêmio Innovare.

A prática **Política de Conciliação como estratégia de celeridade no atendimento aos usuários do Seguro DPVAT e redução do passivo judicial**, implantada pela Seguradora Líder DPVAT, foi escolhida para receber Menção Honrosa na categoria Advocacia na 10ª edição do Prêmio Innovare, que reconhece práticas inovadoras que visam melhorar e modernizar o Sistema Judiciário do país. Esse reconhecimento reflete também nosso cuidado com o atendimento aos usuários do DPVAT que buscam a via judicial. Ao mesmo tempo, atinge dois importantes objetivos: solucionar o problema trazido pela vítima com rapidez e desafogar o Judiciário.



Seguradora Líder
Administradora do Seguro DPVAT

Renata Caldeira / TJMG



ENTREVISTA >> DESEMBARGADOR JAUBERT CARNEIRO JAQUES

De janeiro a junho deste ano, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) recebeu 736 demandas, das quais, a metade reclamava da morosidade do Judiciário. O novo ouvidor do TJMG, desembargador Jaubert Carneiro Jaques, debateu, nessa entrevista, sobre o papel do ouvidor e o que ele pode fazer pelo aperfeiçoamento do Judiciário. Avaliou ainda que a adoção desse serviço, há dois anos nos Tribunais de todo País, representou um fortalecimento dos laços, que estava negligenciado, entre o serviço público e o cidadão.

Além disso, o magistrado observou que o surgimento das Ouvidorias atendeu à nova forma de governança baseada na maior participação popular e transparente.

O que vem a ser e o que representa a Ouvidoria pública?

Representa o estreitamento e fortalecimento dos laços entre a sociedade e o serviço público. Esses laços vêm sendo negligenciados no tempo. As instituições têm ficado cada vez mais, ensimesmadas, preocupadas com seus próprios interesses e relegando o cidadão a um plano não compatível com sua condição de emanador do Poder. As Ouvidorias têm este objetivo de estreitar estes laços, retomando esse liame que existe entre a população e o serviço público.

Atualmente, o formato da governança tem exigido mais transparência e participação popular?

Exatamente, e daí, a necessidade da Ouvidoria. É bom que se esclareça que a Ouvidoria nos Tribunais de todo o País decorreu de uma imposição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) justamente para atender a essa nova realidade de

gestão participativa, aonde, não cabe mais, qualquer posicionamento ou política que exclua a participação do cidadão.

Como se chegou a este diagnóstico?

São várias as fontes de informações. Não podemos esquecer, inclusive, a fonte das ruas. Além disso, as instituições têm se aperfeiçoado, realizando pesquisas de opinião para poder ver retratado o seu papel, o tipo de atendimento que é oferecido e a satisfação.

Então, partiu de um nível de insatisfação da população com esses serviços públicos?

Sem dúvida. Daí é que se fala que a população tem de se articular, manifestar e se revelar, politicamente, hábil, articulada, informada, para que o serviço público melhore.

A Ouvidoria vai além do fornecimento de informações?

Sim. O objetivo da Ouvidoria é receber reclamações,

sugestões, elogios, e, a partir do momento que essas informações nos chegam, principalmente as reclamações, as denúncias, elas são protocolizadas em um procedimento muito simples, desburocratizado, e é encaminhado para os órgãos do Tribunal, ou daquela repartição competente, para que as providências sejam tomadas. Posteriormente, o cidadão que fez a denúncia ou reclamação é informado das providências que estão sendo tomadas.

Qual é diferença entre a Ouvidoria, a Corregedoria e outros serviços do tipo “fale conosco”?

Estes serviços, incluindo a Ouvidoria, não têm caráter correcional, punitivo, como a Corregedoria, que é um órgão destinado à abertura de processos de sindicância em casos de verificação de faltas graves e de ilicitudes. Quando as Ouvidorias, ou outros sistemas de informação, recebem

uma denúncia ou uma manifestação em que, possivelmente, caracteriza um crime, é imediatamente encaminhado para uma Corregedoria de Justiça ou órgão equivalente.

Como a Ouvidoria pode contribuir para o aperfeiçoamento do Judiciário?

Como as Ouvidorias recebem e trabalham os dados fornecidos, ela também fará suas próprias estatísticas e terá a possibilidade de fazer sugestões, que não são meras sugestões verbais. Isto é documentado e colocado para o Órgão Especial, ou órgão Pleno do Tribunal com inserção nas Comissões de Regimento Interno, de proposta de alteração da Lei Orgânica da Magistratura, e também propostas de alteração dos próprios códigos, das próprias leis. Afinal, o processo legislativo é aberto a sugestões e ideias, e com certeza, as Ouvidorias são, sobremaneira, importantes nesse sentido. ●

“

Representa o estreitamento e fortalecimento dos laços entre a sociedade e o serviço público. Esses laços vêm sendo negligenciados no tempo

Justamente para atender a essa nova realidade de gestão participativa, aonde, não cabe mais, qualquer posicionamento ou política que exclua a participação do cidadão

Fazemos um procedimento muito simples, desburocratizado, e é encaminhado para os órgãos do Tribunal, ou daquela repartição competente, para que as providências sejam tomadas

”

BALANÇO

Aeroportos geram principais queixas aos juizados na Copa

Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

Levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado em julho, revelou que foram realizados 5.260 atendimentos pelos juizados dos aeroportos e do torcedor durante a Copa do Mundo 2014. Desse total, 5.185 queixas foram registradas nos aeroportos e 75 nos estádios.

Em Minas Gerais, o posto do Juizado Especial instalado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins (Grande BH), realizou 102 atendimentos no período de 12 de junho a 13 julho de 2014. Desse número, quatro geraram processos e 17 resultaram em acordos pré-processuais. Entretanto, a atuação do Judiciário incluiu desde simples informações a orientações sobre os direitos dos torcedores. Em comparação à média nacional, Minas foi o décimo em ocorrência nos aeroportos.

Já em relação aos incidentes registrados pelo Juizado do Torcedor, como foi chamado o Juizado Especial Criminal instalado nos estádios, mesmo com apenas oito ocorrências,



Juizado Especial foi instalado no Mineirão para atender os torcedores

Minas Gerais teve o segundo maior número de ocorrências do País (veja quadro ao lado).

De acordo com o juiz Rui de Almeida Magalhães, que coordenou as ações do Judiciário para a Copa do Mundo, cerca de 80 pessoas estavam envolvidas com o trabalho do Judiciário durante os jogos realizados no Mineirão, incluindo intérpretes voluntários. Foram registrados nos juizados casos de violência, desacato à autoridade, uso de droga, lesão corporal e tentativa de invasão ao estádio.

O Judiciário também teve atuação dedi-

cada à Copa do Mundo fora dos estádios e aeroportos. Nos dias de realização da Fifa Fan Fest (eventos da Fifa Com shows e exibição de jogos), em Belo Horizonte (Expominas), o Juizado Especial Criminal funcionou em horário especial e com posto do Comissariado da Infância e da Juventude instalado no local. Ao todo, durante a festa, o comissariado advertiu ou encaminhou 64 crianças e adolescentes para os pais ou responsáveis, e autuou 4 bares por venda de bebidas alcoólicas a menores durante o evento. ●

ATENDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

ESTADOS	JUIZADOS DOS AEROPORTOS	JUIZADOS DO TORCEDOR
Rio de Janeiro	1.413*	26
Mato Grosso	207*	5
Paraná	474	5
Minas Gerais	102	8
Rio Grande do Norte	41	0
Amazonas	139	0
Rio Grande do Sul	456	5
Bahia	49	2
Distrito Federal	483	7
São Paulo	1.313*	4
Pernambuco	383	6
Ceará	125	7
TOTAL	5.185	75

Fonte: CNJ

Instituto Mineiro de Perícias



Um olhar técnico a favor da verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Convênio
AMAGIS

REVISTA DE ARTE

MagisCultura ganha exposição

As 11 capas da Revista MagisCultura, uma publicação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), estão expostas até o dia 29 de agosto, no hall de entrada do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. Cada edição da Revista traz em sua capa a obra de um artista plástico ou fotógrafo mineiro, produzida especialmente para a publicação.

As capas de MagisCultura, que, no

próximo mês, chega à sua 12ª edição, formam um acervo artístico importante, que tem recebido elogios em todo o país, não só por sua beleza plástica como também por representar cenas da vida cultural de nosso Estado.

Já produziram capas para a Revista os artistas Haroldo de Mattos, Eustáquio Soares, Ivan Rodrigues, Sérgio Falci, Márcio

Carvalho, Sandra Bianchi e Mário Zavagli.

A 12ª edição da Revista MagisCultura será lançada em setembro, deste ano. A publicação tem como objetivo ser um veículo de produção de conteúdo de arte e cultura dos juizes e desembargadores mineiros. A participação na revista, com textos culturais, é aberta a todos os magistrados de Minas. ●

Arquivo Amagis

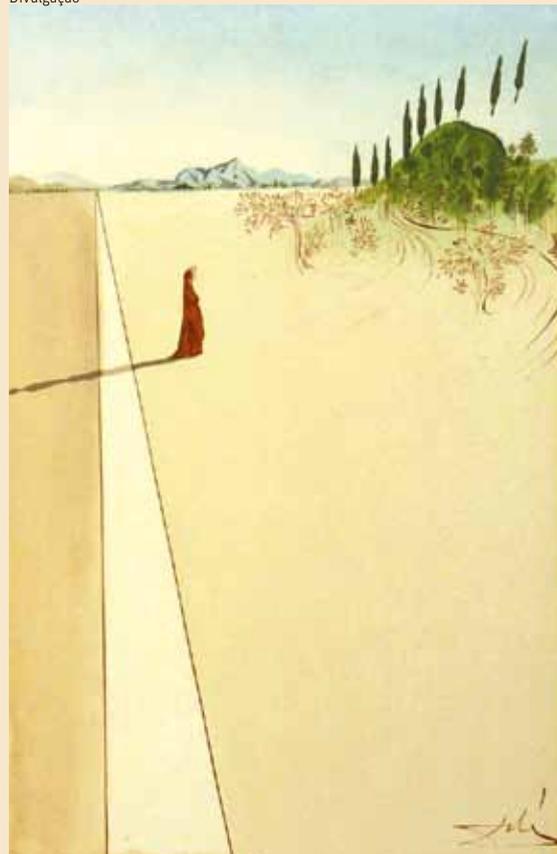


Fórum Lafayette receberá capas da MagisCultura

DANTE ALIGHIERI

A Divina Comédia de Dalí está em BH

Divulgação



Reprodução de "A partida para a grande viagem"

A exposição "Dalí - A Divina Comédia" está em cartaz na Academia Mineira de Letras, em Belo Horizonte, até 17 de agosto. A mostra conta com 100 ilustrações do mestre do surrealismo, Salvador Dalí, para um dos maiores clássicos da literatura universal, "A Divina Comédia", de Dante Alighieri. Salvador Dalí criou uma centena de aquarelas, sendo uma para cada um dos poemas épicos que compõe a obra, entre 1950 e 1960, por encomenda do governo italiano. São apresentadas as diversas fases criativas do pintor, com ênfase no período surrealista, que o consagrou e no qual refletiu seu imaginário singular.

A proposta visual da exposição respei-

tou a estrutura sequencial dos cantos do Poema Sagrado de Dante. A primeira sala é dedicada ao Inferno, com 34 imagens; um segundo espaço corresponde ao Purgatório, e o terceiro, ao Paraíso, com 33 quadros. Proveniente de uma coleção privada da Espanha, o acervo de gravuras pretende conduzir o público a uma viagem a partir desse diálogo enriquecedor entre literatura e artes visuais. A Academia Mineira de Letras fica na Rua da Bahia, 1.466, centro - Belo Horizonte. Os interessados podem visitar a exposição de quarta-feira a domingo, de 9h às 19h. A entrada é gratuita. ●

*Com informações de Hoje em Dia e do CCBB

(Desembargador João Quintino Silva)



EXORTAÇÃO A UMA POETISA DESCRENTE

De qualidades provida,
Tu não mereces castigo.
Não tenhas medo da vida.
Perdoa a cada inimigo.

Põe p'ra fora teu talento
De mulher dotada e forte,
E pratique, cem por cento,
O socorro a irmãos sem sorte.

Não só de pão o homem vive;
Mas vive de Arte, também.
De poesia não nos prive,
Que ela é que à alma nos faz bem.

Caridade é duplo nome.
Dá, portanto, em lauta ceia,
Pão a quem de pão tem fome,
Arte a quem por Arte anseia.

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!

Cidade Jardim
Condomínio Residencial

**Transforme o ritmo agitado
do seu dia a dia em poesia!**

Conheça o Cidade Jardim, um condomínio com 44 casas,
segurança e infraestrutura completa.

Obras aceleradas!

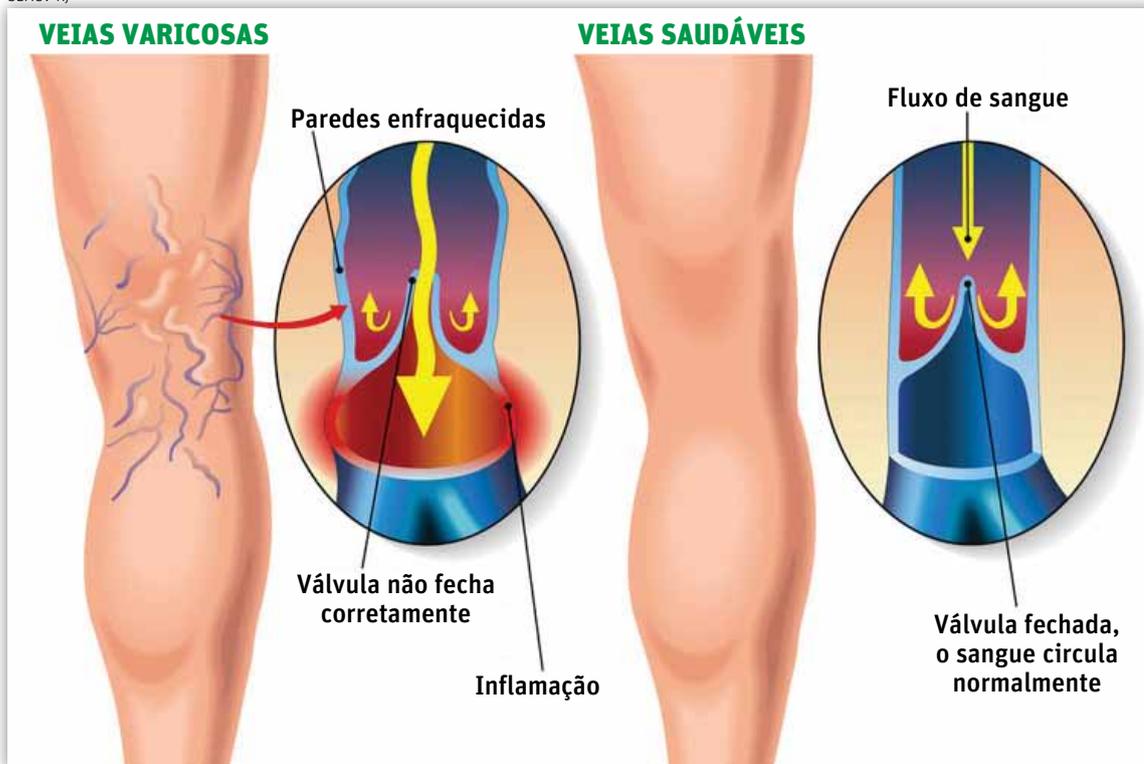
Agende uma visita e conheça a casa decorada.
Ligue: 31 3688-6400
meucidadejardim.com.br

MORADA Imóveis GRUPO MORADA

CUIDADOS

Hábitos saudáveis previnem o surgimento das varizes

SBACV-RJ



Genética, sedentarismo e obesidade são algumas das causas das varizes

As varizes são veias anormais, dilatadas e tortuosas, que perdem parcial ou totalmente a função primordial que é o retorno venoso. Elas surgem mais comumente nas pernas, causando cansaço, dor e inchaço, mas podem aparecer em outros lugares.

De acordo com o especialista em Cirurgia Vascular, Angiorradiologia e Cirurgia Endovascular, pela Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV), o médico Josualdo Euzébio da Silva, credenciado da Amagis, as varizes merecem cuidados. Seja pelo uso de meias especiais, escleroterapia (método de tratamento), cirurgias ou

por avaliação adequada. Seu agravamento pode causar úlceras varicosas, flebites, dermatite ocre, que são pigmentações na pele, varicorrágia, quando ocorre a ruptura da variz, provocando hemorragia.

Josualdo da Silva orientou que a prática regular de atividade física, controle da obesidade e do tabagismo são alguns meios de evitar o surgimento das varizes. Mas, além disso, o médico alertou para a importância de se consultar regularmente com o angiologista ou cirurgião vascular, para que o diagnóstico seja o mais precoce, com o tratamento que ocasionalmente o melhor resultado.

Dentre as principais causas de seu surgimento, podemos citar o fator genético, o sedentarismo, obesidade, gravidez, pessoas que trabalham muito tempo sentadas, ou em pé, sem se locomover, o que é indicado o uso da meia elástica. O que ocorre, com pessoas sedentárias, é que sempre que se movimentam estimulam o retorno venoso, um dos fatores de surgimento da doença.

Segundo o médico existe uma grande variedade de tratamentos, que somente o angiologista/cirurgião vascular poderá indicar. Entre eles, a escleroterapia, quando é injetado um medicamento dentro dos vasos com o objetivo de ocluí-los. Para as

varizes mais calibrosas, pode ser realizada a cirurgia com a extração da veia varicosa, ou a termoablação com laser ou radiofrequência, ou ainda, a escleroterapia com espuma.

O especialista esclareceu também que nem todas as veias altas indicam a incidência de varizes. Para ser considerada variz, há necessidade de alteração funcional das veias, o que é somente diagnosticado clinicamente. Ainda de acordo com o médico, as varizes acometem mais as mulheres devido sua própria alteração de hormônios, além de que o uso de anticoncepcional e a gravidez são fatores que aumentam a incidência. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

AValiação

Conselho busca aprimoramento e qualificação do Amagis Saúde

Como parte de sua atuação permanente, o Conselho Gestor de Saúde da Amagis reuniu-se, no dia 28 julho, para discutir o aprimoramento dos procedimentos do plano de saúde, atendimento presencial e virtual, observando as resoluções da ANS, para garantir a adequação do plano às exigências do órgão regulador, com o objetivo de manter a excelência da prestação de serviço aos usuários da Amagis Saúde.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro; o vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Soares; o diretor de Saúde,

desembargador Edison Feital Leite; o vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, desembargador Tiago Pinto, e os membros do Conselho Gestor de Saúde, desembargadores Wander Marotta, José Geraldo Saldanha, os juizes Claudio Manuel Barreto de Figueiredo, Noelho Adelino Machado e Dalton Soares Negrão participaram da reunião.

Também estiveram presentes no encontro a coordenadora do Amagis Saúde, Marina Shizuko, e as representantes da Rodarte Consultoria, Juliana Mucida e Ana Paula. ●

Adriano Boaventura



Conselho busca aprimoramento e qualificação do Amagis Saúde

CONHEÇA OS NOVOS HORÁRIOS DO PLANTÃO DA AMAGIS SAÚDE

Plantão presencial na sede da Amagis: sábado das 8h às 13h15

Plantão telefônico pelo número (31) 9977-2820: Fins de Semana e feriados a partir das 19h das sextas-feiras até as 7h das segundas-feiras.

*A escala de plantão nos feriados prolongados será previamente definida e divulgada.

**Nos dias úteis, o atendimento da Amagis Saúde permanece nos mesmos horários, a partir das 7h até as 19h.

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Campo Belo	Hospital Geral	Hospital São Vicente (Santa Casa de Campo Belo)	Rua Dom Pedro II, nº 481, Centro	(35) 3832-7122
Juiz de Fora	Dermatologia	Debora Vidal Ribeiro Oliveira	Avenida Barão do Rio Branco, nº 3500, Sala 701, Alto Dos Passos	(32) 3215-1607
Montes Claros	Hospital de Otorrinolaringologia	Hospital Otorrino Center	Rua Benjamin dos Anjos, nº 747, Melo	(38) 3229-7444
Passos	Fisioterapia	Centro de Fisioterapia Fisiovida	Rua Madre Carmem Salles, nº 410, Centro	(35) 3521-6198
Poços de Caldas	Fisioterapia	Amefisio	Rua Assis Figueiredo, nº 1858, Centro	(35) 3721-2760